

Património industrial, educação e investigação

– a propósito da Rota do Património Industrial do Vale do Ave*

Jorge Fernandes Alves

Resumo:

O presente texto, produzido para seminário de apresentação dos materiais produzidos no âmbito do projecto “Rota do Património Industrial do Vale do Ave”, teve como objectivo principal suscitar a discussão em torno das noções de património industrial e da sua utilização para fins didácticos e de investigação.

Que património industrial temos? O que nos diz esse património? O que podemos fazer com ele? Estas questões e outras afins passaram a ter, a partir de agora, mais alguns pontos de apoio para o seu desenvolvimento, tendo em conta os materiais apresentados (monografia científica, vídeo, cd-rom, materiais didácticos), pela ADRAVE – Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, no âmbito do Projecto «Rota do Património Industrial do Vale do Ave»,

A essência daquelas questões fará com que os materiais agora disponíveis sejam utilizados e fruídos em diversas situações e diferentes perspectivas: quer para efeitos de utilização didáctica, quer para efeitos de visitas de turismo cultural, quer ainda como bases para aprofundamento de investigações, que passam pela produção de complementos informativos e eventuais correcções, incorporação de conhecimento já

* Comunicação apresentada ao Seminário «Património Industrial no Vale do Ave: uma Rota com História», Guimarães, Pousada de Santa Marinha, em 13.3.2003, promovido pela ADRAVE, por ocasião da apresentação dos materiais (monografia científica, vídeo, cd-rom, materiais didácticos) relativos ao projecto «Rota do Património Industrial do Vale do Ave».

produzido, abordagens de novos temas e sítios patrimoniais ou novas formas de tratamento dos problemas levantados.

Na explicação do dicionário, o vocábulo *rota* significa *caminho*, *destino*, mas também *rompimento* e *combate*. Com a publicação dos materiais do projecto abriu-se uma via que terá, certamente, cruzamentos, derivações e atalhos, cujas linhas permitirão olhar mais de perto o objecto procurado, o património industrial, rodeando-o de novos enfoques, nessa ilimitada e impossível tarefa de alcançar a realidade total. A rota, enquanto projecto aqui apresentado, só pode conceber-se como sistema aberto, disponível para novas incorporações de diversas origens.

Do ponto de vista educativo, um dos méritos do conjunto de trabalhos apresentados hoje reside precisamente nas potencialidades de sensibilização gradualista para o reconhecimento do meio com base em fórmulas da pedagogia da descoberta, remetendo aqui para a empresa e para o tecido industrial¹. Através do vídeo, do cd-rom ou da *home-page* disponível, promove-se junto dos alunos uma abordagem visual e generalista como motivação, que ganha operacionalidade na informação breve e atraente das fichas soltas relativas ao conjunto de sítios patrimoniais seleccionados, permitindo-se depois aprofundamentos sectoriais através da monografia científica².

Pode suscitar-se ainda o desafio de novas pesquisas, quer seguindo a bibliografia citada nos diversos textos ou, indo mais longe, investigando-se bibliografia não citada ou pesquisando notícias afins em jornais locais, de forma a constituir núcleos documentais em cada escola. E porque não partir para reportagens fotográficas ou para a gravação e tratamento de memórias que, geralmente, podem começar em casa, dada a imbricação das famílias na teia industrial, fomentando-se por esta via o diálogo

¹ MENDES, 1989, 57-63.

² MENDES; FERNANDES, 2002.

geracional como promotor de conhecimento formal, reconhecido pela escola? A cultura do trabalho, os padrões éticos de sobrevivência, a consciência dos quadros de produção e da sua inserção no mercado, a apreensão dos modelos tecnológicos dominantes, as formas de mobilização das pessoas e dos espaços, eis alguns pólos para esse diálogo, que se podem traduzir tanto em intervenções lectivas breves e monodisciplinares, como em projectos de escola mais abrangentes de natureza inter e transdisciplinar. Os materiais da «Rota» são neste domínio um desafio e uma responsabilização, uma plataforma de conversação para a cidadania patrimonial .

Na investigação, impõe-se o aprofundamento do diálogo que os materiais suscitam, a envolver engenheiros, arquitectos, historiadores, arqueólogos, geógrafos, economistas, professores, pessoas ligadas a empresas e a organizações num exercício de interpretação e de busca de sentidos sobre o património industrial do vale do Ave, nas suas configurações e potencialidades. Exercício que, para este efeito, terá de ser sempre um processo multidisciplinar como forma de se captar a densidade das redes de significados que o património industrial suscita e promove na diversidade dos seus públicos, até pela natureza intrínseca deste tipo patrimonial, marcada pela efemeridade, por uma rápida obsolescência e por fenómenos de sobreposição que levantam problemas complicados de inventariação, tratamento, explicação, recuperação e reutilização. Mas esta tarefa é tanto mais complexa quanto, no Vale do Ave, a implantação industrial é de natureza difusa e dispersa por um largo território, em que a obsolescência ainda está em muitos casos activa e se verifica a reutilização sucessiva de equipamentos.

Se musealizar é, por definição, uma trabalho de conservação, neste caso tais operações terão ainda de decorrer num espaço cheio de vitalidade mas também de contrastes, onde os problemas sempre existiram, uns crónicos, outros novos, mas onde

se depara também com uma dinâmica industrial apreciável, que confere ao Vale do Ave essa imagem metafórica de floresta industrial, na acepção de Alfred Marshall, onde continuamente se plantam e abatem árvores, que apresentam uma esperança de vida muito variável, dados os diferentes níveis de integração no mercado nacional e mundial.

Por outro lado, o património industrial é um dos segmentos do património em geral que mais tem suscitado um novo tipo de observação e de reflexão, uma nova maneira de conceptualizar o património como legado histórico, dada a nova abrangência que trouxe consigo³: mais do que pela apresentação de um novo tipo de monumento, o património industrial vale essencialmente pelo meio em que se insere, pela paisagem em que se revela como ícone, pelas relações que estabelece com o espaço e as memórias na diversidade de referências. Mas a palavra património é hoje também um sinalizador para uma verdadeira constelação de discursos e de práticas, onde, por vezes, sobra a retórica que procura ganhar espaço e afirmação, emergindo já uma nova fórmula de «intelectuais orgânicos», na concepção gramsciana, em torno deste território cultural.

O espírito romântico do século XIX, que presidiu à construção do património histórico tradicional, buscava no monumento grandioso e único o espírito da nação, ligado a uma relação de afirmação do poder militar ou religioso, que focalizava o castelo ou a igreja, entre imagens nebulosas de ruínas fantasmagóricas ou do jogo de representações entre paraíso vs. inferno. Ora o posicionamento recente nos domínios do património aponta para os espaços de vivência colectiva, de forma que cada um sinta em si próprio o fio da história e um vínculo de cidadania partilhada, ou seja, um sentimento de identidade. Neste contexto, o património industrial funciona como

³ ANDRIEUX, 1992.

âncora de uma envolvência alargada que arrasta outros domínios patrimoniais. Desde logo, perfilam-se como seus companheiros de peregrinação, o património ambiental, que se estrutura na tessitura dos usos do solo, das águas e de outros recursos naturais, bem com o património imaterial, aquele que remete para os costumes, para os comportamentos, para as acções colectivas duma população que sempre teve na indústria, particularmente nos últimos dois séculos, uma ocupação preponderante.

Só na congregação dessa vizinhança, na conjugação dos diversos tipos de património num contexto amplo, não esquecendo obviamente o património histórico tradicional em que Guimarães avulta como caso especial, se conseguirá uma linha de turismo cultural sustentado, que reconheça e potencie uma rede de museus e de conjuntos históricos. Só assim, o património industrial ganhará a consistência necessária para dar resposta aos objectivos subjacentes ao projecto em que este seminário se integra, intitulado «Rota do Património Industrial do Vale do Ave», nomeadamente os que apontam para o reforço da identidade e para a qualificação da imagem do espaço regional, para além dos que indicam o conhecimento da história industrial, a preservação do património, a musealização, a inserção nos itinerários europeus. Projecto que ambiciona destinatários alargados (público erudito, público em geral, público escolar) e que apresenta uma finalidade explícita: - «contribuir, de forma decisiva, para a qualificação da oferta turística e cultural do Vale do Ave, questão indispensável para uma nova imagem da região» (www.adrave.pt/rota_patrimonio/rota.htm).

Consideremos, então, os objectivos essenciais de identidade e qualificação.

A questão da identidade é decisiva, para lá do lugar comum que a sua frequente invocação provoca. Nestes tempos de vazio e de incertezas, o património, em geral, vale por isso mesmo, como algo que herdamos, como a legítima que nos cabe em

partes na herança do existir, como o dote que apresentamos no exercício de ser. Qual o papel do património industrial neste processo identitário?

O património industrial é, em última análise, a expressão da tecnologia usada num período e num espaço circunscritos, com base em oficinas e fábricas, enquanto soluções organizacionais construídas para responderem a situações imediatistas de resposta ao mercado. Daí ser mais evidente neste tipo de património a adição e a fusão de fragmentos, a metamorfose dos edifícios e dos sistemas tecnológicos, conforme os níveis de invenção, de transferência tecnológica e da permeabilidade do meio para a sua recepção e difusão. E, recordemos, a tecnologia não deriva necessariamente da ciência, antes a precedeu muitas vezes, mercê de procedimentos intuitivos, como a história nos revela a cada passo⁴. Sustentada em racionalidades económicas difusas e na aceitação social, a tecnologia é determinada, em suma, pelas conjunturas do mercado e pela economia de processos.

Ora, mesmo antes da revolução industrial, as configurações tecnológicas sempre revelaram uma vocação tendencialmente universalista e de unificação cultural, com as sociedades a revelarem-se muito porosas (podemos mesmo dizer ávidas) em relação à transferência e à apropriação de tecnologias (vejam-se, por exemplo, os mecanismos para a captação da energia hidráulica). Esta característica de rápida difusão assume tal relevo que, para promover a inovação e salvaguardar as vantagens económicas dela derivadas, os países mais avançados tiveram de recorrer a dispositivos de protecção, desde a proibições alfandegárias ao privilégio da patente. Por estas razões, a tecnologia é um factor de homogeneidade cultural. Como procurar então nela um elemento de identidade, de marcação de diferenças? Naturalmente, tacteando a nossa forma de integração na economia-mundo, procurando as formas do uso das

⁴ CARDWEEL, 1996. ELLUL, 1990.

tecnologias, a cronologia da sua aplicação, os níveis de transferência tecnológica, os *up-grades* de concepção local, a capacidade demonstrada na sua utilização, o “desenrascanço” demonstrado na sua manutenção. Neste últimos aspectos, o Vale do Ave sempre foi um verdadeiro laboratório, tanto quanto nos foi dado conhecer a história de algumas empresas têxteis quando estiveram sujeitas ao regime de condicionamento industrial: a forte limitação ou proibição de aquisição de novas máquinas era compensada pelo «engenho» de técnicos que faziam perdurar as máquinas muito para lá do seu tempo útil e/ou ampliavam a sua capacidade de produção, através de soluções endógenas ou procuradas em oficinas vizinhas⁵.

A qualificação terá, pois, como base o conhecimento dos processos, a explicitação das práticas e do seu potencial. Todos estes aspectos exigem trabalho ao nível monográfico e de compreensão global, por isso os projectos patrimoniais devem, na medida do possível, ancorar-se em empresas, associações empresariais e sindicais, estimular museus e histórias empresariais, para que estes possam funcionar como pólos de uma rede mais vasta, criando-se assim formas de vinculação e participação social dos diversos tipos de agentes, encontrando-se, no entanto, fórmulas de salvaguarda desses espaços museológicos para além do ritmo de vida das instituições empresariais.

Importará, sempre que possível, fazer a rede por dentro e não por fora, contribuindo para se encarar o tecido empresarial de um ponto de vista institucionalista, isto é, perspectivando-o na sua globalidade, não só como projectos particulares que visam o lucro mas também como padrões de acção colectiva, o que inclui as dimensões económicas, sociais e políticas do fenómeno empresarial e as harmonias e desarmonias a ele inerentes. Talvez, assim, se possam compreender

⁵ ALVES, 1999a.

melhor fenómenos fabris que, do nada, se constituíram em grandes empresas têxteis (por exemplo, o núcleo de Riba d’Ave, a Riopete ou a Têxtil Manuel Gonçalves), a persistência das mini-hídricas históricas ou ainda esse fenómeno interessantíssimo que as cooperativas de distribuição de energia eléctrica constituíram, criadas nas décadas de 20 e 30, de que persistem ainda hoje algumas delas, impondo-se aos desejos de absorção e integração por parte da grande empresa nacional neste domínio (EDP) tão só porque a sua eficiência de serviço lhes permitiu resistir a todas as pressões e argumentos (políticos, técnicos e económicos), como é o caso da Cooperativa Eléctrica do Vale d’Este, que possui, de resto, um valioso espólio de equipamento eléctrico das primeiras gerações⁶.

Se sempre se reconheceu que a riqueza patrimonial não está nos monumentos ou nas obras que o enraízam mas na forma como as respectivas populações demonstram capacidade para os valorizar, temos de convir que as palavras-chave da operação a favor do património terão de ser inclusão e valorização, em detrimento de selecção e de exclusão, embora estas sejam aceitáveis e indispensáveis na preparação por etapas dos projectos patrimoniais. Mas, por analogia com o conceito educacional de «currículo oculto», poderemos talvez falar de «património industrial oculto» para referenciar esse imenso território de práticas e de soluções técnicas raramente explicitadas, mas que constituem o alicerce do quotidiano e da viabilização empresarial num mundo de riscos e contingências exógenas que marcam a aventura industrial em todo o lado e, particularmente, no vale do Ave⁷.

Nesse sentido, o património industrial do vale do Ave não pode basear-se apenas no resíduo constituído por estruturas desactivadas, em ruínas de uma paisagem que

⁶ ALVES, 1999b. ALVES, 1999c. ALVES, 2002b.

⁷ ALVES, 2002a

continua viva e palpitante, isto é, não pode estruturar-se unicamente sobre aquilo que alguns designam de «baldios patrimoniais», tendo em conta as ruínas fabris, mas terá de se configurar como o retrato histórico de uma região industrial, revelando a patine do tempo que, pelo amadurecimento, pode ajudar a conferir qualidade e prestígio à empresa histórica, o verdadeiro pulmão do espaço social da indústria. Recorrendo à metáfora têxtil, podemos dizer que, com este projecto, a Adrave tem em mãos uma verdadeira teia a urdir.

Bibliografia:

ALVES, Jorge Fernandes, 1999a - *Fiar e Tecer – Uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*, V.N. de Famalicão, Câmara Municipal/Museu da Indústria Têxtil.

ALVES, Jorge Fernandes, 1999b - *Cooperativismo e electrificação rural – a Cooperativa Eléctrica do Vale d’Este*, “População e Sociedade”, nº5 (Republicado no “Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão”, 17, 2000, p.11-81)

ALVES, Jorge Fernandes, 1999c - *Riba d’ Ave na memória da indústria algodoeira*, V.N. de Famalicão, Câmara Municipal/Museu da Indústria Têxtil.

ALVES, Jorge Fernandes, 2002a - *Para que servem os meus olhos? Notas sobre o trabalho feminino na indústria têxtil de Guimarães*. “Forum”, Universidade do Minho, 32, p. 61-79.

ALVES, Jorge Fernandes, 2002b - *Riopele – História de uma referência têxtil*, Lisboa, Medialivros.

ANDRIEUX, Jean-Yves, 1992 – *Le Patrimoine Industriel*, Paris, PUF.

ARECES, Miguel Álvarez (coord.), 2002 – *Estructuras y Paisajes industriales - Projectos socioculturales y turismo industrial*, Gijón, CICEES.

- ARECES, Miguel Álvarez (coord.), 2002 – *Patrimonio industrial: lugares de la memoria – Proyectos de reutilización en industrias culturales, turismo y museos*, Gijón, CICEES.
- CARDWEEL, Donald, 1996 – *Historia de la Tecnología*, Madrid , Alianza Editorial.
- ELLUL, Jacques, 1990 – *La technique ou l'enjeu du siècle*, Paris, Económica.
- MÉDA, Dominique, 1999- *O Trabalho, um valor em vias de extinção*, Lisboa, Fim de Século.
- MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel (coord.), 2002 - *Património e Indústria no Vale do Ave*, Vila Nova de Famalicão, Adrave.
- MENDES, José Maria Amado, 1989 - *Património das empresas, património cultural*, “Munda”, 18, Coimbra, 11, p. 57-63.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira; MENDES, J. M. Amado, 1999 – *História da Indústria Portuguesa da Idade Média aos nossos dias*, Lisboa, Edições Europa-América.